



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

SOCIOEDUCAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL: perfil de adolescentes em unidade de semiliberdade de Campos dos Goytacazes/RJ

Cyntia dos Santos Jorge

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

SOCIOEDUCAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL: perfil de adolescentes em unidade de semiliberdade de Campos dos Goytacazes/RJ

Cyntia dos Santos Jorge

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Dr^a Andressa Amaral de Azevedo

Brasília, 2022

Cyntia dos Santos Jorge

**SOCIOEDUCAÇÃO E LETRAMENTO
DIGITAL: perfil de adolescentes em unidade de
semiliberdade de Campos dos Goytacazes/RJ**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Dr^a. Andressa Amaral de Azevedo

Aprovado em: 19 de fevereiro de 2022

Banca Examinadora

Professora Dr^a Andressa Amaral de Azevedo

Orientadora

Professora Adriana da Silva Ramos de Oliveira

Examinadora externa

Resumo

Considerando que a socioeducação traz como prerrogativa promover a autonomia de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, esta pesquisa problematiza a maneira como o letramento digital, por meio da sala de leitura existente no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente, de Campos dos Goytacazes/RJ, que media os cursos oferecidos pela Recode, pode auxiliar os socioeducandos numa nova significação de trajetória de vida. Objetiva-se avaliar em que medida esse letramento pode contribuir para essa ressignificação do projeto de vida. Para tanto, procede-se à investigação qualitativa, com coleta de dados, a partir do instrumento questionário, das concepções de socioeducação e a respeito de letramento digital. Deste modo, observa-se que os dados enunciam um perfil de público que traz demandas prévias ao letramento digital, uma vez que há carências – socioeconômica, de escolaridade e de conhecimento prévio a esse respeito – no letramento tradicional. Todas essas questões estão imbricadas, ainda, na dificuldade de inserção no mercado de trabalho; por isso a necessidade de propostas socioeducativas que integrem direitos individuais e sociais a práticas educativas que possam reduzir os efeitos da liberdade privada.

Palavra Chaves: Medida socioeducativa de semiliberdade. Letramento digital. CRIAAD Campos

SUMÁRIO

Introdução	06
Metodologia	13
Levantamento, Análise e Resultado	15
Conclusão	25
Referências	27
Lista de ilustrações (quadros, gráficos e figuras)	30
Lista de abreviaturas	31

Introdução

Na década de 1990, foi promulgada a Lei n.º 8.069, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um marco legal e regulatório nacional para o desenvolvimento das políticas de atenção à infância e à adolescência (BRASIL, 1990). Desde sua implementação, o ECA traz mudanças expressivas no modo de se compreender e intervir com crianças e adolescentes, que passaram a ser sujeitos de direitos. O estatuto é dividido em dois livros, sendo o primeiro voltado para os direitos fundamentais da pessoa em desenvolvimento, e o segundo com normas gerais para enfrentamento das situações de violação ou ameaça aos direitos da criança e do adolescente, além das diretrizes para atendimento. Nesse segundo livro, são apresentadas as medidas específicas de ação do Estado para adolescentes que forem autores de atos infracionais – as chamadas medidas socioeducativas. Nessa ocasião, surge a primeira referência à expressão socioeducação, uma vez que antes não havia menção a esse termo em nenhuma legislação que fundamentou o ECA (BISINOTO *et al.*, 2015). Pinto e Silva (2014), em capítulo sobre o questionamento de que prática seja a socioeducação, afirmam que ela se pauta em um conjunto articulado de ações, as quais não se aproximam apenas da educação, mas também voltam ao desenvolvimento do potencial dos jovens.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei n.º 12.594 (BRASIL, 2012), regulamenta o cumprimento das medidas socioeducativas, representando avanços e conquistas na área dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, além do ECA, e estabelece:

Ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. **Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas** (BRASIL, 2006, p. 52, grifos nossos).

Nota-se que o objetivo maior das medidas socioeducativas é promover a autonomia dos indivíduos a quem essas ações assistem. E ainda, para que o

indivíduo atinja a autonomia, é importante que ao adolescente seja oportunizada a criticidade da realidade, assumindo conscientemente o papel de sujeito. Percorrendo esse objetivo, é imprescindível que o adolescente tenha espaço para se expressar em atividades que façam parte da rotina da unidade em que cumpre medida socioeducativa. Espaços esses que envolvam os socioeducandos em práticas pedagógicas, além das oferecidas no espaço escolar, onde necessariamente são matriculados, por determinação legal.

Em se tratando da escola, há relatos que apresentam históricos de repetências, idas e vindas e abandonos, principalmente para aqueles que acessam o mundo do crime (TEIXEIRA, 2009). Cabe ressaltar que muitos adolescentes voltam a frequentar a escola quando estão internados nas unidades socioeducativas, muitas vezes matriculados no decorrer do ano letivo. Portanto, envolver os socioeducandos em uma atividade que tenha como objetivo a prática do letramento digital mostra-se como uma oportunidade de acessar o mundo, principalmente para aqueles que estão sob a privação temporária de liberdade. Os adolescentes visam à liberdade e uma atividade de letramento digital objetiva proporcionar o poder libertador da leitura nas suas diversas formas.

Kleiman (1995) afirma que a palavra letramento vem da expressão *literacy*, condição que assume o indivíduo que aprende a ler e a escrever; tendo implicações sociais, políticas, culturais, econômicas e cognitivas. Letramento, então, passa a ser um processo de assimilação de práticas sociais de leitura bem como das capacidades envolvidas nela.

Em uma perspectiva histórica, nos séculos XVIII e XIX, saber ler e escrever, além de noções de cálculo elementares, era suficiente para ingresso de um trabalhador na vida profissional em uma indústria. A Revolução Tecnológica do século XX, limiar do XXI, impôs uma nova exigência para além de saber ler: é preciso saber pensar. Assim, espera-se mais de um profissional para interagir com as máquinas, que se sofisticam a cada instante. Estar alfabetizado no mundo contemporâneo não se vincula mais à ideia de codificação e decodificação de signos, sendo essa uma atividade mecânica (MARIA, 2016).

Tratando-se de um mundo globalizado, a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) abre para novas possibilidades de leituras, trazendo

mudanças não só no mercado de trabalho, mas também nas práticas de leitura e escrita. Para além das empresas, escritórios e ambientes de trabalho, o computador configura-se em uma ferramenta de uso pessoal nas casas e nas escolas, influenciando no cotidiano das pessoas e nos espaços escolares. A introdução do computador pode enriquecer os ambientes escolares, proporcionando e estimulando interações e trocas. São novas formas de leitura e escrita na tela do computador (FERREIRO, 2008). As TIC, em especial o computador e a internet, são instrumentos de grande valia para a educação e aprendizagem, cabendo à sociedade decidir como manipulá-las, trabalhando, principalmente, em prol do acesso a elas. Nessa perspectiva, o papel do professor, como mediador, é decisivo, orientando caminhos individuais e coletivos, objetivando uma formação de alunos críticos, atores do processo educacional (MORAN, 2015).

Para que haja acesso às TIC, não basta apenas inserir o computador nas escolas por meio de uma sala de informática. É preciso apontar caminhos e possibilidades, repensando os métodos e suas formas de ensinar. O letramento eletrônico inclui conhecimentos e habilidades necessários para a era eletrônica, que não substituem, para Buzato (2001), o letramento tradicional¹, apesar de o letramento digital pedir algo a mais que somente as habilidades da forma tradicional, porque pressupõe necessidade para responder às demandas sociais da era digital atual.

Letramento digital é o “[...] estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela” (SOARES, 2002, p. 151). Refere-se a adquirir habilidades para manusear o computador, sabendo localizar, selecionar, filtrar e avaliar informações disponibilizadas digitalmente. Nesse quesito, Buzato (2010) afirma que informação é como se fosse uma segunda língua. O letramento digital implica, então, apropriação da tecnologia para acessar e difundir informação, diminuindo a exclusão. Lévy (1999) evidencia que o advento das tecnologias tem relação com as transformações sociais na contemporaneidade. Por isso, “[...] as tecnologias têm papel importantíssimo para que o ensino-aprendizagem

¹ O letramento tradicional também pode ser denominado de analógico.

favoreça o processo de socialização dos indivíduos” (MILL; SANTIAGO, 20--, p. 6).

Com o advento dos aparatos tecnológico-digitais, como suporte ao homem, surge a necessidade de inclusão digital, de poder ingressar nas tecnologias da era digital em que estamos inseridos. Em âmbito educacional, as TIC apresentam-se como mediadoras do processo de ensino e aprendizagem bem como colaboram para ampliação desse acesso, proporcionado, a partir da acessibilidade à rede de internet, aos livros digitais, avançando no estímulo à leitura. É urgente, portanto, o letramento digital, numa sociedade urbana e globalizada como a atual, para ingresso nesses novos formatos de leitura, agora na tela do computador, do *smartphone*, do *tablet* etc.

Campos (2017) afirma que o debate em torno de propostas socioeducativas tem como meta integrar direitos individuais e sociais com práticas educativas que possam reduzir os efeitos da privação da liberdade. Assim, conjectura-se que, por meio das ações dos profissionais que atuam com medidas socioeducativas, o jovem tem a oportunidade de se auto-organizar, criando uma rede de relações.

É improvável, portanto, que não se possam extrair resultados desses espaços, lugares mais frequentados pelos que ali trabalham, e que necessitam do sistema governamental e da academia para direcionarem as atividades propostas pelos mediadores do processo de socioeducação.

A socioeducação traz como objetivo auxiliar os adolescentes a ressignificar suas trajetórias e a construir novos projetos de vida. A partir desse objetivo, há uma parceria entre o Departamento de Ações Socioeducativas (DEGASE) e a Recode², uma Organização Não Governamental, hoje denominada Organização da Sociedade Civil (OSC)³, que atua desde 1995 com empoderamento digital, tendo como principal objetivo o desenvolvimento de habilidades digitais e competências socioemocionais para o protagonismo

² A plataforma Recode está disponível em: <http://www.recode.org.br>.

³ A expressão Organizações-Não-Governamentais (ONG) apareceu pela primeira vez em 1950, usada para denominar instituições da sociedade civil que não estivessem vinculadas ao Estado, sem fins lucrativos, de projetos sociais com finalidade pública. Outra nomeação que se dá hoje para ONG é Organização da Sociedade Civil (OSC), com mesmo significado, cujo termo se tornou mais conhecido pela utilização da ONU e do Banco Mundial.

juvenil. O Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) de Campos dos Goytacazes/RJ, uma unidade do DEGASE, de atendimento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade, está inserido nessa parceria, contando com a sala de leitura “Graciliano Ramos”, com quatro computadores em funcionamento para essa atividade.

A partir desse cenário, de trabalho associado com a finalidade da socioeducação, surge a seguinte questão-problema desta pesquisa: de que maneira o letramento digital, por meio da sala de leitura existente no CRIAAD Campos, que media os cursos oferecidos pela Recode, pode auxiliar os socioeducandos numa nova significação de trajetória de vida, reconstruindo novos projetos?

Na temática do letramento digital, há uma pesquisa a respeito, em forma de relato de experiência, de Lacé *et al.* (2019), que descreve o projeto-piloto *Educação Digital para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas*, revelando a importância de garantir infraestrutura e formação para a educação mediada pelas tecnologias. As produções ali realizadas trouxeram o valor comunicativo e interventivo para além de práticas pedagógicas tradicionais. Ademais, constatou-se que o uso crítico e criativo das tecnologias pode ser um aliado tanto na ressignificação dos projetos de vida, quanto no preparo para atuação no mercado de trabalho.

Na fachada da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, local onde aos adolescentes, lotados nas unidades do DEGASE, da cidade do Rio de Janeiro, são oferecidos cursos profissionalizantes dos mais variados, há uma citação do educador Freire (2000, p. 38): “[...] não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. A educação, então, tem uma importância inquestionável no processo de socioeducação.

A respeito do objetivo geral, este estudo visa avaliar em que medida o letramento digital pode contribuir para a ressignificação do projeto de vida dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade, no CRIAAD Campos, matriculados no curso “Ferramentas Digitais para o mercado

de trabalho”. Especificamente, busca apresentar e analisar os perfis socioeconômico, de escolaridade e de conhecimentos prévios desses adolescentes.

Sobre as justificativas deste estudo, em especial a justificativa pessoal, pode-se afirmar que esta pesquisa se fundamenta no fato de a pós-graduanda ser Agente de Segurança Socioeducativa há nove anos, no DEGASE, um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de promover a socioeducação no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um departamento integrante do Sistema de Garantia de Direitos, responsável pela execução de atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei – baseado nos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (BRASIL, 1988) e nos elencados no ECA. Dessa forma, o trabalho proposto alia a experiência profissional ao objeto de pesquisa balizado, essencial para o bom desenvolvimento de uma investigação científica, conforme aponta Minayo (2009).

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade são regularmente matriculados, pela equipe pedagógica da unidade, em escolas da rede pública de educação básica, com a finalidade de continuação dos estudos e cumprimento, segundo o art. 120 do ECA, da obrigatoriedade da escolarização; devendo, sempre que possível, utilizar recursos disponíveis/existentes na unidade (BRASIL, 1990). Assim, a proposição aqui delineada é relevante por apresentar uma possibilidade de cumprimento do que a lei apregoa para socioeducadores, além de preencher uma lacuna no direcionamento ao atendimento a esse público em sala de aula.

Academicamente, pretende-se produzir literatura sobre socioeducação, uma vez que, após busca nas bases de dados *Scopus* e *Google Acadêmico*, verificou-se que não há número considerável de trabalhos disponível. Cabe salientar que o projeto de inclusão digital conta com todo o apoio para ser realizado, pois a candidata coordena, na instituição, uma sala de leitura, com computadores disponíveis, com acesso à internet, com nove adolescentes já matriculados nos cursos disponíveis na plataforma *Recode*.

No que toca ao caráter social desta proposta, a socioeducação objetiva promover a ressignificação do projeto de vida dos adolescentes e jovens, cuidando da proteção integral e prioritária, de acordo com a Constituição Federal

(BRASIL, 1988), com o ECA, e com a Lei que estabeleceu o SINASE (BRASIL, 2012). É preciso repetir que os resultados obtidos por meio da reinserção social, sendo o letramento digital uma dessas formas, podem revelar que a educação para adolescentes em conflito com a lei colabora com a diminuição da exclusão social. E ainda, a inclusão digital é uma necessidade para responder às demandas sociais da era digital em que vivemos.

Metodologia

Com o objetivo de avaliar a contribuição do letramento digital na vida dos participantes deste estudo, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa (MINAYO, 2009). Para tanto, buscou-se trabalhar com o universo das relações, das representações e da intencionalidade, compreender e interpretar conteúdos, adotando-se a pesquisa de tipo exploratória e descritiva, realizando uma análise, pela interpretação dos dados coletados, por meio do instrumento questionário (GIL, 2008), com apoio de autores e obras que tratam do tema. Além disso, adotou-se a metodologia de pesquisa documental, uma vez que a coleta de dados decorreu também da análise de documentos, tais como institucionais, oficiais, normas jurídicas etc- (TOZONI-REIS, 2010).

A pesquisa qualitativa tem o propósito de compartilhar saberes produzidos pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, quais sejam, os socioeducandos e a socioeducadora, pouco visíveis para o mundo fora desse universo. A metodologia dividiu-se em quatro fases principais, apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Quatro fases da pesquisa

Etapa 1	Fases exploratória	Construção da base teórica a partir de revisão bibliográfica, por meio de fichamentos e resumos.
Etapa 2	Fase pré-campo	Formulação do questionário para socioeducandos.
Etapa 3	Trabalho de campo	Observação da adaptação ao uso do computador e aplicação do questionário.
Etapa 4	Fase avaliativa	Descrição dos resultados obtidos a partir dos dados levantados

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

As perspectivas dos adolescentes foram levantadas a partir da aplicação de dois questionários: um socioeconômico, adaptado, baseado em questionário disponível no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁴, constante no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL); e outro disponível no site da Recode, a ser preenchido pelo aluno antes da realização do curso “Ferramentas Digitais para o mercado de trabalho”, cujo objetivo é avaliar os conhecimentos prévios dos participantes.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 5 jan. 2021.

Nove adolescentes responderam a esses questionários, entre 17 e 25 de janeiro de 2022. Nos dois questionários as questões foram apresentadas de maneira objetiva e discursiva. A seguir, serão apresentados e analisados os principais dados colhidos a partir desse instrumento.

Levantamento, Análise e Resultado

Um breve histórico do trabalho junto aos adolescentes inaugura este tópico a fim de que se possa compreender como o trabalho começou e vem sendo executado. Em março de 2020 iniciamos o enfrentamento à COVID-19. Nesse período, por ordem judicial, o CRIAAD Campos suspendeu as atividades junto aos adolescentes, que tiveram a medida socioeducativa de semiliberdade suspensa. Em agosto de 2021, os adolescentes retornaram à unidade e comparecem à unidade em semanas intercaladas. Estão divididos em dois grupos, A e B, com a finalidade de diminuir a possibilidade de aglomeração, também por determinação judicial.

Nesse íterim, a socioeducanda e autora desta pesquisa, reabriu a sala de leitura, organizando o mobiliário físico, catalogando o acervo disponível bem como as doações de livros recebidas, além de preparar o material para o trabalho de uma oficina de leitura junto aos adolescentes. Sabendo que a leitura é uma atividade que também ocorre em meio digital, quatro computadores foram disponibilizados para a sua realização.

As atividades, iniciadas na sala de leitura no mesmo período de retorno dos adolescentes à unidade, envolveram o estudo de gêneros textuais, como certidão de nascimento e manual, a tipologia textual narração, dentre outras abordagens. Os adolescentes tiveram a oportunidade, por exemplo, de construir uma árvore genealógica utilizando o software Microsoft Paint.

Em novembro de 2021, o CRIAAD Campos recebeu a notícia de que o DEGASE havia realizado uma parceria com a OSC Recode, a fim de possibilitar o letramento digital aos adolescentes, com certificação pela Microsoft. Com o contrato assinado, a socioeducanda pôde se capacitar para monitoria e cadastrar os adolescentes na plataforma.

Ambos os questionários foram aplicados aos adolescentes matriculados nos cursos da Recode. Isso significa dizer que há adolescentes que frequentam a sala de leitura e que não estão matriculados nesses cursos de informática, pela negativa de participação, ou por não saberem ler e escrever, por exemplo.

Os nove adolescentes têm idades entre 16 e 18 anos. Um deles se autodeclara branco, sendo os demais preto(a) ou negro(a) e pardo(a) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Autodeclaração de raça/cor

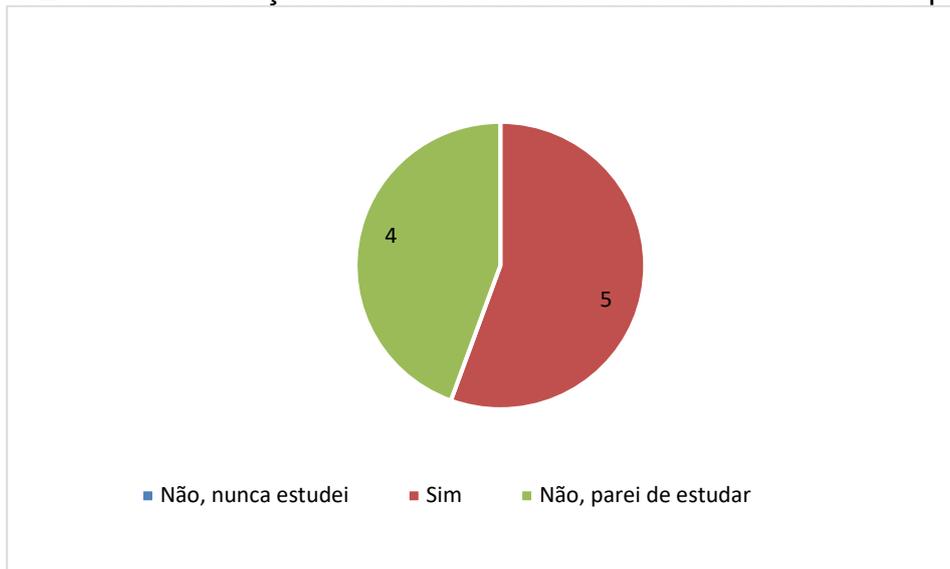


Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Durante a aplicação do questionário, a pesquisadora observou que os quatro adolescentes que selecionaram a opção pardo(a), questionando se o eram mesmo. Percebeu-se um certo incômodo em assinalar a opção preto(a) ou negro(a). Vale ressaltar que “[...] a noção de raça ainda permeia o conjunto de relações sociais, atravessa práticas e crenças e determina o lugar e o status de indivíduos e grupos na sociedade” (PETRUCCELLI, 2003, p. 17). Não se trata apenas de uma questão biológica, e sim de questões sociais reconhecidas em marcas nos corpos físicos.

Outra questão importante para esta pesquisa diz respeito à escolaridade desses adolescentes. Os Gráficos 2 e 3 apresentam este perfil dos socioeducandos antes da liberdade privada.

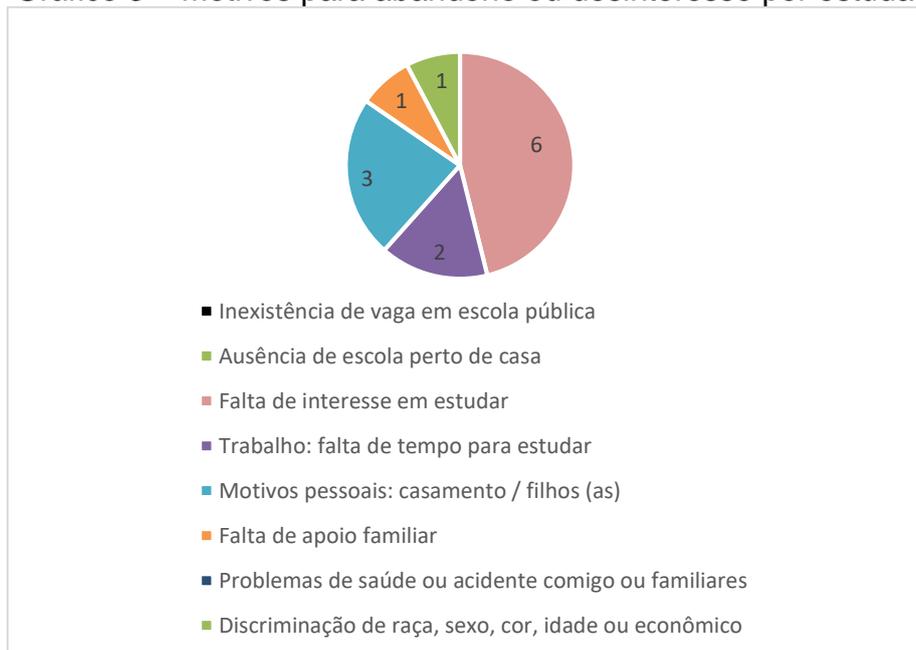
Gráfico 2 – Autodeclaração sobre estar estudando antes da liberdade privada



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A maior parte das respostas envolve adolescentes que cursavam anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (EF) II. No Gráfico 2, quatro dos nove adolescentes que responderam ao questionário informaram que pararam de estudar antes da liberdade privada. O principal motivo apontado pelo abandono ou desinteresse, no Gráfico 3, é a falta de interesse em estudar. Apesar de não ser possível fazer associações generalizadas, os abandonos escolares têm causas além do envolvimento no mundo do crime (TEIXEIRA, 2009).

Gráfico 3 – Motivos para abandono ou desinteresse por estudar

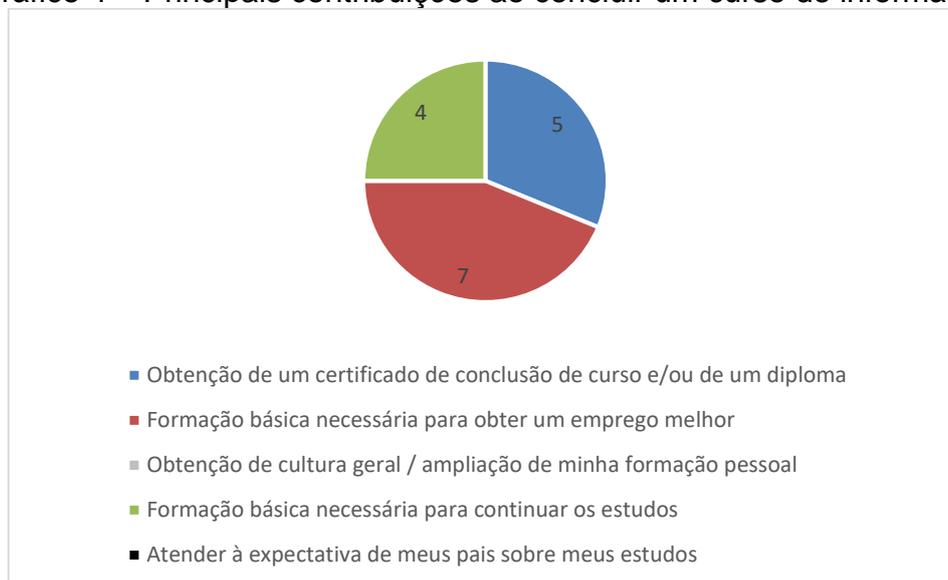


Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Vale ressaltar que os dados dos Gráficos 2 e 3 podem apresentar ligação(ões) direta e/ou indiretamente, e requerem uma análise mais aprofundada *a posteriori*, entretanto, esse não é o foco desta pesquisa.

Quando o adolescente ingressa numa unidade de semiliberdade, muitas vezes pela progressão do regime, vindo de uma unidade de internação, cabe aos executores das medidas socioeducativas garantir o acesso à educação e permanência escolar. No caso das unidades CRIAAD, responsáveis pela execução das medidas socioeducativas de semiliberdade, o acesso à educação ocorre não somente pela responsabilização de matricular o adolescente em uma escola da rede pública de educação básica, como também há a obrigatoriedade da profissionalização, utilizando recursos disponíveis dentro e fora da unidade, de acordo com o art. 120 do ECA (BRASIL, 1990). Não por acaso, a oferta de um curso de informática oportuniza construir novos projetos de vida, objetivo principal da socioeducação. O Gráfico 4 apresenta o perfil a respeito das contribuições ao concluir um curso de informática, na visão dos adolescentes.

Gráfico 4 – Principais contribuições ao concluir um curso de informática



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

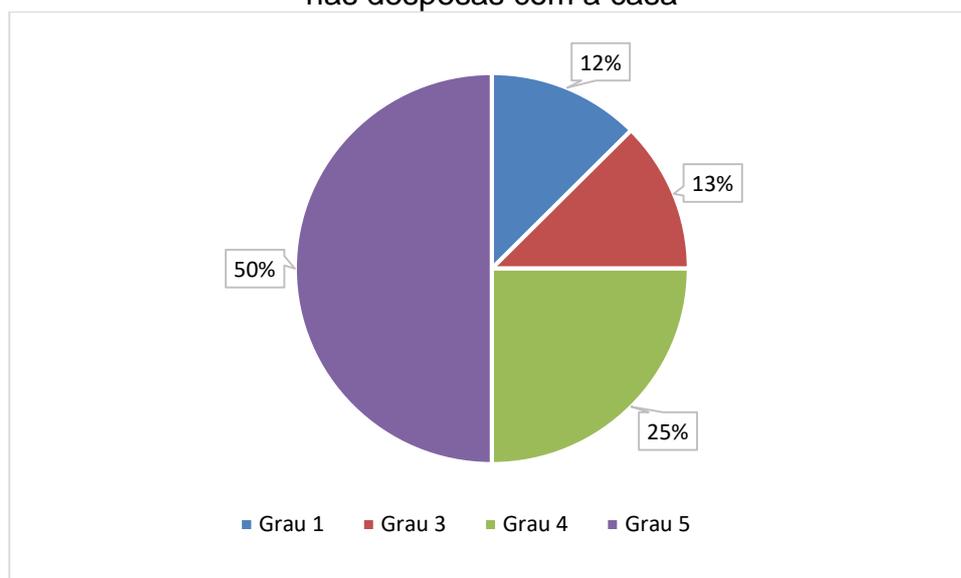
Questionados sobre as duas principais contribuições, o maior percentual de respostas girou em torno da formação básica necessária para obtenção de um emprego melhor, o que tem ligação com a empregabilidade e capacitação para o trabalho, em concordância com o disposto no SINASE (BRASIL, 2012).

Uma alternativa assinalada pelos respondentes está na formação básica necessária para continuação dos estudos. Os adolescentes, a partir da escolha dessa alternativa, apresentaram um dado significativo, vinculando a atividade oferecida pela unidade, em parceria com outra instituição externa, à prática de uma atividade educacional, o que vai ao encontro do trabalho da socioeducação, conforme estabelecido no ECA (BRASIL, 1990).

O relato de experiência de Lacé *et al.* (2019), um estudo junto aos socioeducandos no Distrito Federal, de educação digital, abordou que uma das preocupações dos adolescentes é na dificuldade de encontrar espaço no mercado de trabalho. Essa preocupação está inserida em uma das perguntas, no qual sete, entre os nove respondentes, assinalaram a necessidade do trabalho ao término da medida socioeducativa de semiliberdade. E mais, alguns deles já informaram, verbalmente, enquanto preenchiam as alternativas, que já trabalhavam junto a parentes ou na informalmente.

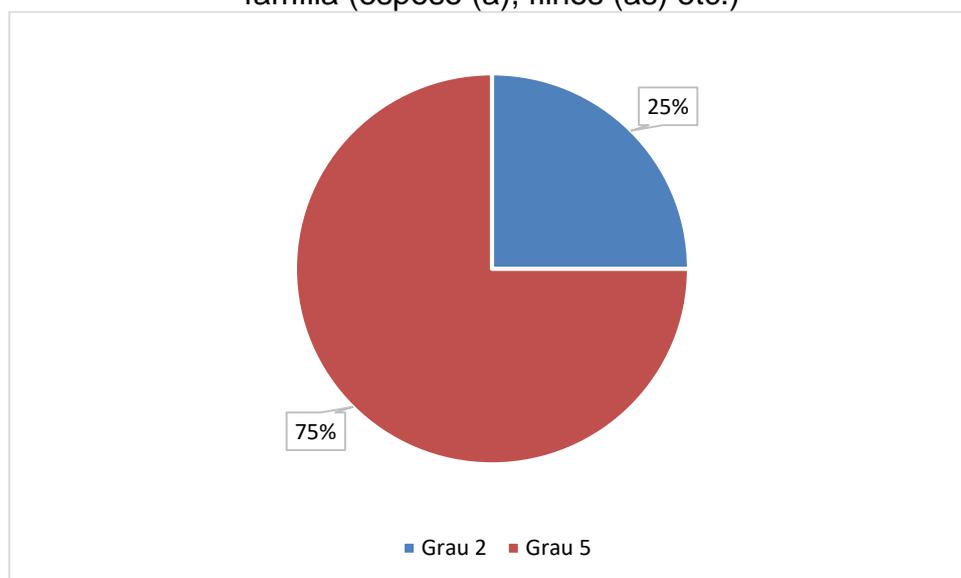
Essa pergunta trazia um grau de importância em cada motivo na decisão de trabalhar, sendo 0 o indicador de nenhuma importância e 5 o de maior importância. Destacam-se, no Gráfico 5, as respostas com maior evidência de dados para esta pesquisa.

Gráfico 5 – Grau de importância na decisão de trabalhar para ajudar os pais nas despesas com a casa



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Gráfico 6 – Grau de importância na decisão de trabalhar para sustentar a família (espos(a), filhos (as) etc.)



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Apenas 25% (2) não assinalaram a necessidade de trabalhar após o término do cumprimento da medida (Gráfico 6). Dentre os outros sete adolescentes, o que está apresentado nos Gráficos 5 e 6, a obrigação do trabalho traz alto grau de importância para ajudar aos pais nas despesas com a casa e no sustento da família (espos(a) e filhos (as) etc.). Vale ressaltar que seis adolescentes informaram terem companheiras, e quatro informaram terem filho, o que corrobora a necessidade do sustento dos seus.

A demanda por trabalhar na adolescência está também vinculada à renda familiar declarada. 62% dos adolescentes declaram que a família recebe até 1 salário mínimo (R\$ 1.212,00), e que estão inseridos em programas sociais de transferência de renda, os quais beneficia famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. Esses dados, por sua vez, justificam a resposta para a necessidade de conclusão de um curso de informática para formação básica necessária a fim de obter um emprego melhor, conforme exposto no Gráfico 4 desta pesquisa.

A respeito das noções prévias sobre informática, especificamente quanto ao curso “Ferramentas Digitais para o mercado de trabalho” (que envolve conhecimentos de Windows, Word, Excel e Power Point), há no site da plataforma Recode um questionário que o aluno deve responder antes do início do curso, como forma de *baseline*. Com o intuito de demonstrar o perfil dos nove

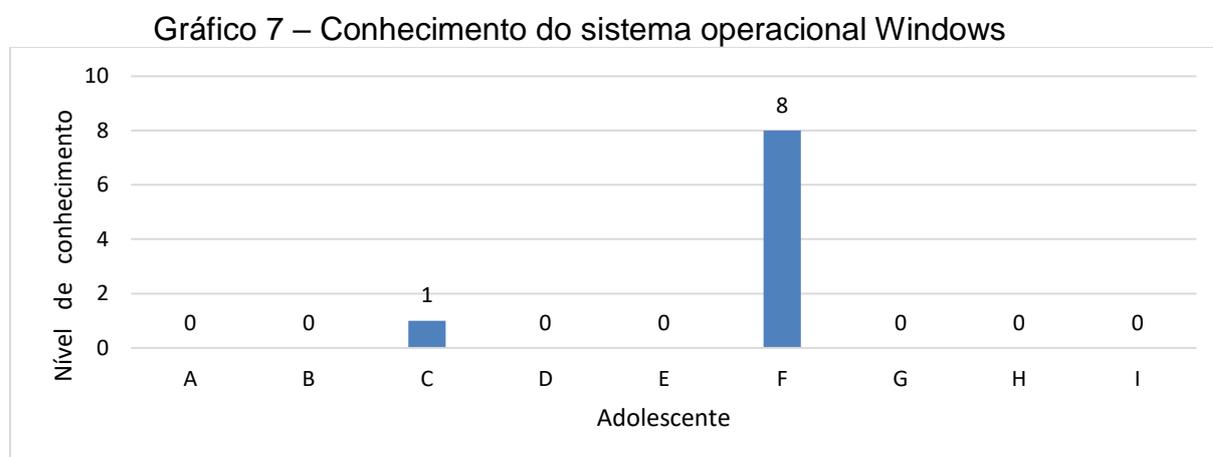
adolescentes respondentes, também foi reaplicado esse questionário, em formato impresso.

O advento das tecnologias tem uma relação com as transformações sociais, e o letramento digital é uma forma de apropriação da tecnologia para ter acesso à informação (LÉVY, 1999), o que, conseqüentemente, empodera o indivíduo por meio do desenvolvimento de habilidades digitais. Adiante, serão apresentados dados, igualmente em formato de gráficos e figura, das respostas a esse segundo questionário.

A partir do trabalho de campo, quando se iniciou a observação à adaptação ao uso do computador, muitos adolescentes mostraram interesse em usar o equipamento, mas não sabiam como manuseá-lo, principalmente o *mouse*. Apenas um deles afirmou, no primeiro dia, que não gostava de computador. Tal alegação foi desconsiderada no segundo dia de visita à sala. Ao presenciar os demais interagindo com a máquina, logo demonstrou desejo, informando estar tímido, pois não sabia operá-la.

Uma parte desse questionário da Recode traz perguntas que envolvem conteúdos desenvolvidos durante o curso, além de uma escala de variação de nível de conhecimento entre 0 (muito pouco) e 10 (totalmente), com a ressalva da escolha pela opção “NQR” (não quero responder), o qual nenhum adolescente assinalou. Os Gráficos 7-9 trazem as respostas dos nove adolescentes, representados pelas letras A-I.

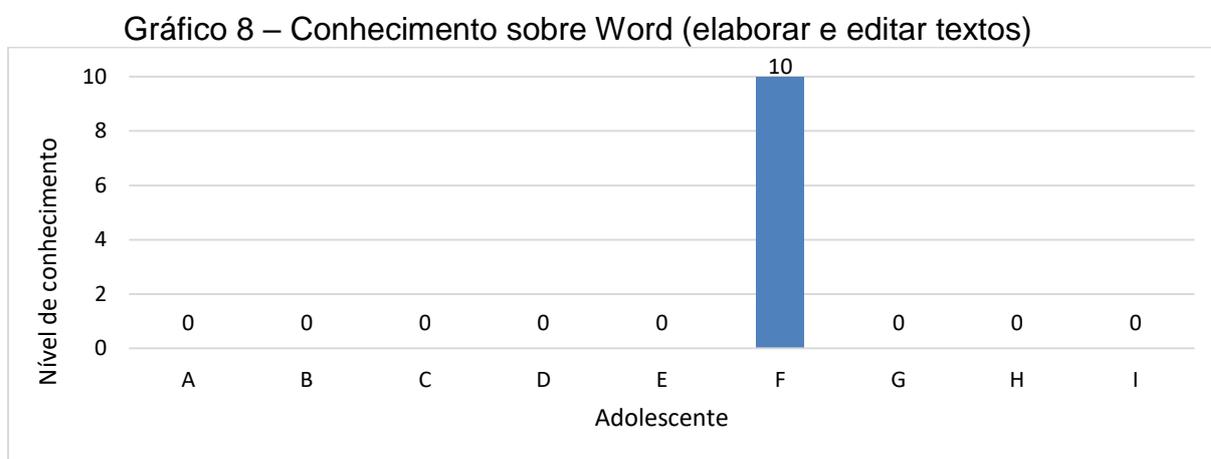
A respeito dos conhecimentos do sistema operacional Windows, observa-se, no Gráfico 7:



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Apenas dois adolescentes afirmaram ter conhecimento preexistente sobre Windows. Um deles, o adolescente “F”, havia feito outro curso de informática anteriormente à liberdade privada. Ele teve interesse em realizar o curso, uma vez que não tinha mais a certificação para comprovação do conhecimento. Observar-se-á, no Gráfico 8, que esse mesmo adolescente responde de maneira diferente dos demais na maioria das perguntas. Temos, portanto, um percentual de cerca de 78% (7) autodeclarantes que desconhecem esse sistema operacional.

Especificamente sobre o Word, esse dado aumenta, como mostrado no Gráfico 8:



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Quanto ao editor de texto, de nove adolescentes, somente o “F” afirmou ter conhecimento a respeito, enquanto 89% (8) responderam desconhecer o que significava. Durante o preenchimento do questionário, os adolescentes expressavam espanto, afirmando não saberem pronunciar a palavra escrita no papel, informação que acrescenta no desconhecimento.

Não é diferente quando questionados sobre Power Point. Repetem-se as informações sobre os demais adolescentes, com exceção de “F”, sendo o único respondente que conhece a respeito do desenvolvedor de apresentações, mas trazendo poucas informações prévias. O desconhecimento não termina aqui, o que é amplamente respondido sobre Excel. Acerca desse editor de planilha, de maneira geral, o nível de conhecimento é 0 para todos os respondentes.

Buzato (2010) ratifica que informação é uma segunda língua. Quando os adolescentes afirmam não saberem pronunciar a palavra escrita no papel, eles

também estão falando do desconhecimento de onde parte e para onde vai informação. O letramento digital implica, portanto, não somente se apropriar da tecnologia para ter acesso à informação, mas, também, mediante esse acesso, saber decodificar e navegar pela informação.

A segunda parte do questionário da Recode trouxe uma pergunta que envolvia as expectativas, especificamente em relação ao curso “Ferramentas digitais para o mercado de trabalho”. Diante das respostas subjetivas, a nuvem de palavras, na Figura 1, expõe as perspectivas dos adolescentes:

Figura 1 – Nuvem de palavras com as perspectivas a respeito do curso



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Tendo liberdade de responder livremente, os adolescentes tiveram a oportunidade de expressar, com suas palavras, o desconhecimento no uso do computador. A quantidade de respostas foi significativa (Figura 1). Mais uma vez, os adolescentes puderam expressar o desejo de fazer o curso em prol de um emprego. Querer “aprender coisas novas”, uma das respostas dos socioeducandos, representa que as tecnologias têm esse papel importante no processo de socialização dos indivíduos hoje, pertencentes a um mundo cada vez mais digital (MILL; SANTIAGO, 20--, p. 6).

De que maneira o letramento digital, por meio da sala de leitura existente no CRIAAD Campos, que media os cursos oferecidos pela Recode, pode auxiliar os socioeducandos numa nova significação de trajetória de vida, reconstruindo

novos projetos? Essa é a questão-problema deste trabalho, que ora é retomada para trazer a resposta de que os dados apresentam carências – socioeconômica, de escolaridade e de conhecimento –, sobre o uso do computador. Todas elas estão imbricadas, que, necessitam de, conforme Campos (2017), propostas socioeducativas que integrem direitos individuais e sociais a práticas educativas que possam reduzir os efeitos da liberdade privada.

Conclusão

O CRIAAD Campos, uma das representações do Estado, com a obrigação da execução da medida socioeducativa de semiliberdade, abriu as portas do universo da socioeducação, por intermédio desta pesquisa, para relatar, além de produzir literatura sobre o tema, a mediação de uma atividade de letramento digital junto a socioeducandos. Também apresenta a necessidade de ressignificação da trajetória de vida, que se dá pela efetivação de um trabalho socioeducativo – educação e profissionalização. As famílias e os adolescentes relatam a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, por isso a necessidade de promoção de estratégias de apoio para esse problema.

O papel de mediação, nesse quesito, é decisivo, especialmente desenvolvido por agentes socioeducativos em uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa. Os agentes são os intermediários mais próximos dos socioeducandos. A autora deste estudo, enquanto agente, com formação na área de educação e TIC, interessa colaborar para o desenvolvimento do potencial desses jovens, com o intuito de levar autonomia a eles a partir do trabalho com letramento digital e, com isso, colaborar também para a diminuição da exclusão social.

Nessa atividade de mediação, percebeu-se que muitos adolescentes trazem demandas prévias ao letramento digital, até porque o letramento eletrônico não substitui o tradicional. Os dados desta pesquisa envolvem questões de raça/cor e de escolaridade, direta e indiretamente imbricados. As dificuldades impostas pela cor da pele e pelo atraso escolar geram dificuldades outras no letramento digital. Por exemplo, a defasagem escolar acarretou certo grau de dificuldade ao responder às perguntas de ambos os questionários. Sem contar nas dificuldades de interpretação no aprendizado dessa nova linguagem – a digital. Foi preciso prestar auxílio na interpretação das perguntas dos questionários, junto aos socioeducandos, assim como a colaboração da monitora em interpretações de frases de comando do curso para execução no computador. Dois adolescentes que visitam a sala de leitura, por exemplo, não sabem ler e escrever. Sem os conhecimentos e habilidades do letramento analógico, não houve possibilidade de matriculá-los no curso de informática. O trabalho com eles tem ocorrido na perspectiva da leitura e escrita.

Conjuntamente, torna-se viável a possibilidade da oferta de cursos, dentro ou fora das unidades de semiliberdade, voltados para o letramento tradicional.

Ao longo dos anos de trabalho no CRIAAD Campos, esta autora percebeu que o adolescente que chega à unidade tem ânsia de ter a liberdade retomada, até porque ele tem a possibilidade de sair para a escola, para cursos, para passar o fim de semana em casa; além da perspectiva do trabalho, por isso os cursos profissionalizantes, exigência legal e real na vida desses socioeducandos. A passagem por uma unidade de semiliberdade é curta, muitas vezes marcada por descumprimentos da medida e por evasão. Há, portanto, uma rotatividade alta de adolescentes nas unidades de semiliberdade.

Este estudo revela a necessidade da profissionalização para além do período de semiliberdade, devido à demanda de tempo que esses cursos trazem. As medidas socioeducativas de cumprimento em regime fechado têm um prazo mais extenso, de acordo com o ECA (BRASIL, 1990). Sendo assim, esta pesquisa traz, também como perspectiva, o aumento da oferta de cursos profissionalizantes nas unidades fechadas e/ou iniciados por intermédio da unidade fechada e continuados nas unidades de semiliberdade.

Referências

BISINOTO, C. *et al.* Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2015. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287145780007>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 1 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratique ato infracional. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 1 dez. 2021.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/Secretaria**

Especial de Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em:

<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2021.

BUZATO, M. K. Letramento digital abre portas para o conhecimento.

EducaRede, 23 jan. 2010. Disponível em: <http://www.educarede.org.br>. Acesso em: 1 dez. 2021.

BUZATO, M. K. **O letramento eletrônico e o uso do computador no ensino de língua estrangeira**: contribuições para a formação de professores. 2001. (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CAMPOS, R. G. **Auto-organização na construção de projeto de vida pelo adolescente em ressocialização**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2017.

FERREIRO, E. **Computador Muda Práticas de Leitura e Escrita**. Disponível em

<http://www.planetaeducacao.com.br/ambientevirtual/conteudo/conteudomensagem.asp?>

ID_POSTAGEM=116&siteArea=64&assuntoid=41. Acesso em: 29 nov. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KLEIMAN, A. **Os significados do Letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. São Paulo: Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LACÉ, A. M. *et al.* Educação Digital na Socioeducação: Experiência em Forma de Relato. **Revista UFG**, Goiás, v. 19, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/59848/33565>. Acesso em: 2 dez. 2021.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARIA, L. de. **Leitura & colheita**: livros, leitura e formação de leitores. 2. ed. Rio de Janeiro: Ler & Cultivar, 2016.

MILL, D.; SANTIAGO, G. **Educação e Tecnologia**. Uma Introdução ao Curso. Universidade Federal de São Carlos: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens (Grupo Horizonte), Material Instrucional, [entre 2006 e 2016].

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**, [S. l.], v. 2, p. 15-33, 2015.

PETRUCCELLI, J. L. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. *In*: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (orgs.). **Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fvisualizacao%2Flivros%2Fliv63405.pdf&clen=2014873&chunk=true>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PINTO, P.; SILVA, R. Socioeducação: que prática é essa? *In*: PAIVA, I. L.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. B. (orgs.). **Justiça juvenil**: teoria e prática no sistema Socioeducativo. Natal: Editora da UFRN, 2014. p. 141-160.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, 2002.

TEIXEIRA, J. D. A escolarização de jovens autores de atos infracionais: reflexões dos processos e mecanismos de exclusão e inclusão escolar. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED, 32.*, 2009, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu, 2009. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2F32reuniao.anped.org.br%2Fquivos%2Ftrabalhos%2FGT14-5721--Int.pdf&clen=193355&chunk=true>. Acesso em: 2 dez. 2020.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2010.

Lista de ilustrações

Lista de quadros

Quadro 1 – Quatro fases da pesquisa

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Autodeclaração de raça/cor

Gráfico 2 – Autodeclaração sobre estar estudando antes da liberdade privada

Gráfico 3 – Motivos para abandono ou desinteresse por estudar

Gráfico 4 – Principais contribuições ao concluir um curso de informática

Gráfico 5 – Grau de importância na decisão de trabalhar para ajudar os pais nas despesas com a casa

Gráfico 6 – Grau de importância na decisão de trabalhar para sustentar a família (esposo (a), filhos (as) etc.)

Gráfico 7 – Conhecimento do sistema operacional Windows

Gráfico 8 – Conhecimento sobre Word (elaborar e editar textos)

Lista de figuras

Figura 1 – Nuvem de palavras com as perspectivas a respeito do curso

Lista de abreviaturas

CRIAAD – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente

DEGASE – Departamento de Ações Socioeducativas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENCCEJA PPL – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

OSC – Organização da Sociedade Civil

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação